



O Judiciário

Edição: nº 008 / março 2016

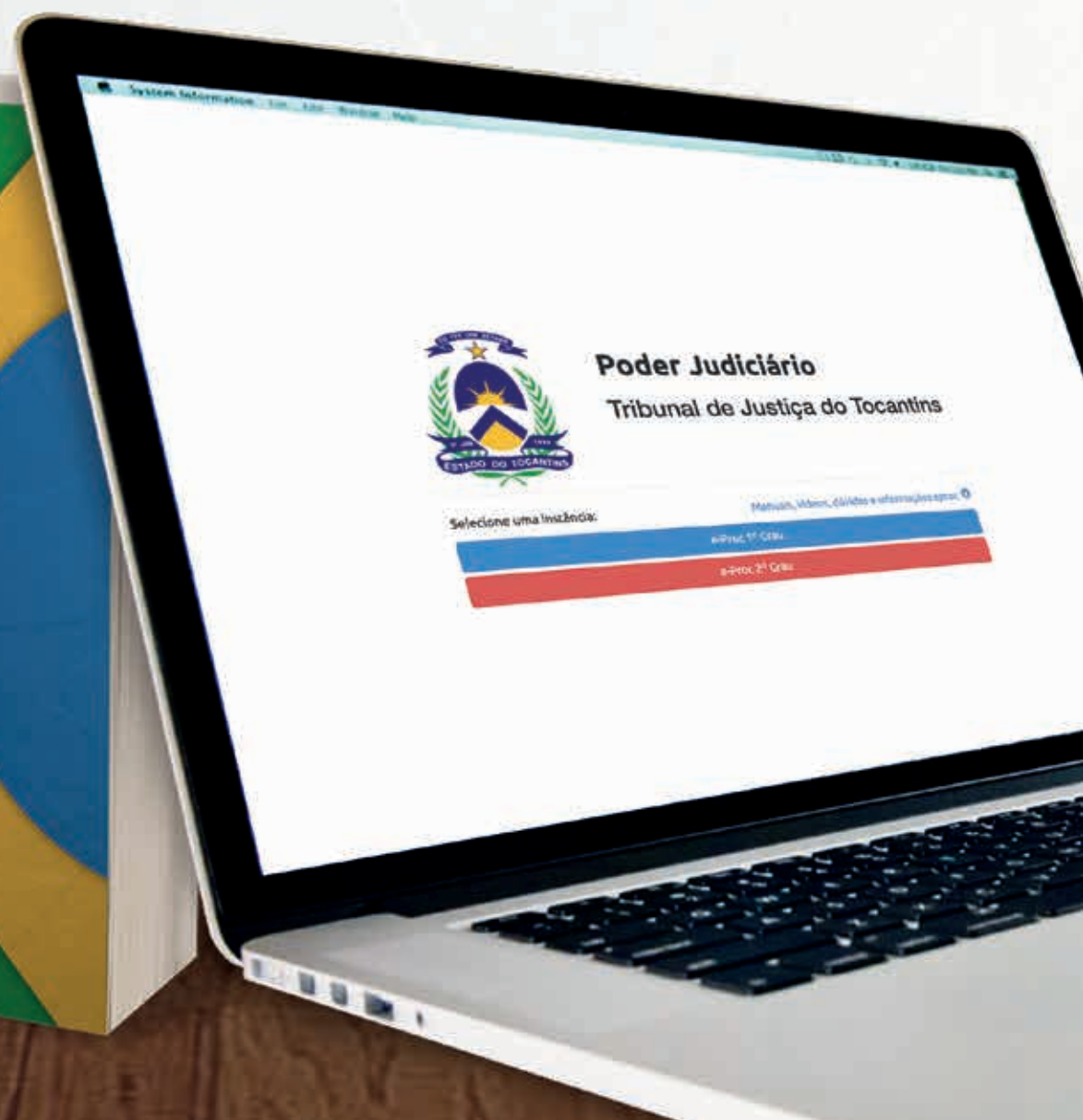


Com um discurso unificado dos tribunais, para que possamos mostrar nossos pleitos, nossas dificuldades ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Pedro Carlos Bitencourt Marcondes
Presidente do Conselho dos TJs e TJMG

Tocantins aplica regras do novo Código de Processo Civil

Expoente na tramitação processual eletrônica com o e-Proc/TJTO, o Poder Judiciário do Tocantins se mostra na vanguarda ao adequar seu sistema às regras do Novo Código de Processo Civil. As adequações entraram em funcionamento no primeiro minuto do dia 18 de março, data em que a nova lei processual entrou em vigência. Em outra frente de aplicação do novo CPC, o TJTO aposta na conciliação por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), em expansão no Estado.



Presidência discute medidas para o Judiciário durante terceira reunião com magistrados tocantinenses

Selo de Responsabilidade é entregue pelo TJTO a 18 gestores adimplentes com o pagamento de precatórios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS

IN VERBIS

Ronaldo Eurípedes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

Temos vivido dias intensos, no País e no Tocantins, de defesa da magistratura nacional e tocantinense. E não se trata de movimento classista, mas das prerrogativas da função e das condições para que o magistrado cumpra seu papel democrático e imprescindível para o equilíbrio social.

Como membro da Comissão Executiva do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ) cumprimos agenda em Brasília para tratar de um tema de pauta da magistratura nacional: o do Projeto de Lei (PL) 3123/2015, que disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos. Sua aprovação tem reflexos diretos na Justiça Estadual.

A mobilização foi importante, pois a tramitação da proposta restou suspensa e, diante do cenário econômico e político nacional, tivemos mais tempo para nos unirmos, no sentido de defendemos as condições para que a magistratura possa continuar oferecendo a prestação jurisdicional que a sociedade merece.

Também pelo CTJ, em seu 106º Encontro, realizado em Campo Grande (MS), deliberamos com os demais presidentes dos TJs, os encaminhamentos que refletem a posição do colegiado em temas que afetam a autonomia do Judiciário. Um deles, a cobrança do repasse de recursos da União para fazer frente aos custos efetivados pela Justiça Estadual no exercício da jurisdição de competência delegada, tema, aliás, que tive a honra de redigir o texto registrado na Carta de Campo Grande, aprovada de forma unânime. E também nos

posicionamos contra a alteração na composição da Justiça Eleitoral.

Fizemos, de forma inédita na história do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um apelo direto ao plenário do Conselho, no início do mês, durante a 226ª Sessão Ordinária. Na verdade, ao levantar uma questão de ordem, suplicamos ao presidente, ministro Ricardo Lewandowski, uma solução para o julgamento dos processos que tratam da promoção de juízes tocantinenses.

Afirmamos aos conselheiros que há dois anos o Tocantins não consegue promover um só juiz porque aguardávamos o julgamento desses processos. E esta demora significa um problema gravíssimo para todos nós, inclusive de produtividade. Com o desfecho desse entrave, poderemos realizar as promoções necessárias para o bom andamento da prestação jurisdicional. Todos estes temas também foram discutidos durante a 3ª Reunião com Magistrados, realizada pelo TJTO no Tribunal Pleno, onde discutimos os avanços do ano passado e os desafios para este ano de modo a efetivarmos as mudanças necessárias para que possamos julgar mais, baixar nossa taxa de congestionamento em consonância com o que a sociedade espera do Judiciário.

Tudo isto está consubstanciado nesta oitava edição de O Judiciário, que vai às ruas em meio a um cenário tão conturbado no País, no qual, não temos dúvida, temos papel imprescindível para que o Judiciário, como um todo, siga dando exemplo ao País ao cumprir o papel que a sociedade dele espera, que é agir com serenidade, preservando a ordem e os poderes constituídos, pilares do Estado Republicano.

OITIVA



Paulista de Caçapava, bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FCSA/SP), Pedro Carlos Bitencourt Marcondes ingressou na magistratura mineira em 1990, após quatro anos como promotor de Justiça nas comarcas mineiras de Silvianópolis, Mantena, Uberlândia e Belo Horizonte. Atuou como juiz nas comarcas de Mantena, Ituiutaba e Contagem e na 2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias na Comarca de Belo Horizonte até 2006, quando ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com posse em 17 de abril de 2006. Em 2014, alcançou o cargo de presidente do TJMG. No ano seguinte, assumiu a presidência da comissão executiva do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil (biênio 2015/2017). Entre os dias 3 e 4 de março deste ano, comandou, em Campo Grande (MS), o 106º encontro da entidade e o seu primeiro à frente do Conselho, onde falou com O Judiciário.

Há críticas em torno da transformação do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça para Conselho dos TJs, a principal é que isso seria uma tentativa de esvaziar o Conselho Nacional de Justiça. Afinal, qual o principal objetivo do Conselho?

A intenção é somar ao Conselho Nacional de Justiça, poder contribuir mais, porque nós temos uma interlocução com os próprios tribunais, afinal, o Conselho é formado por presidentes de tribunais e isto faz com que nossa voz seja unificada, para que possamos mostrar nossos pleitos, nossas dificuldades ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Qual a importância de institucionalizar esse Conselho dos TJs?

Nós, melhor do que ninguém, conhecemos a nossa realidade, conhecemos as nossas dificuldades e podemos contribuir junto ao Conselho Nacional de Justiça para que o órgão possa deliberar políticas públicas depois de ouvir e de conhecer melhor a realidade de cada tribunal, com um discurso unificado dos tribunais de justiça de todos os estados para com o CNJ, que é o órgão que dita as políticas públicas do Judiciário.

Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos Tribunais de Justiça?

Nosso desafio é fazer mais com menos e, para isso, investimos em processamento judicial eletrônico, mediação, conciliação e formas alternativas de prestar jurisdição, diminuindo os custos que os tribunais possuem para cumprir sua missão.

Qual a avaliação desse encontro, o primeiro que o senhor coordena à frente do Conselho?

Estou satisfeito pelo engajamento de todos os Tribunais num momento difícil porque passa o País e porque passa a Justiça estadual e nós conseguimos debater e deliberar vários assuntos, expressos na Carta de Campo Grande, com a posição do Conselho sobre cada um deles.



Doris Coutinho
Conselheira do Tribunal de Contas

3ª Reunião com Juízes discute avanços

A presidência e o corpo diretivo do Tribunal de Justiça (TJTO) discutiram temas que marcam os caminhos da magistratura tocantinense durante a 3ª Reunião com Magistrados. Entre os assuntos, as inovações no sistema de gestão processual, implantado no e-Proc, que permite gerenciar a taxa de congestionamento, o uso de suprimento de fundos de cada comarca, a implantação do alvará eletrônico, além da apresentação dos resultados de projetos em andamento para a melhoria da prestação jurisdicional.

O presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes, destacou que este terceiro encontro é uma forma de avaliar o trabalho realizado em 2015 e de levantar informações do que a gestão planejou para o ano. O presidente destacou os avanços crescentes, a exemplo de um orçamento mais próximo da necessidade, e destacou sua manifestação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para levar a julgamento os processos que emperravam as promoções dos juízes tocantinenses. Com a intervenção, o CNJ incluiu e julgou no Plenário Virtual os processos que impediam promoções e remoções na magistratura tocantinense.

Na primeira parte, a reunião focou no uso de suprimento de fundos,

a judicialização da saúde e alvarás eletrônicos. A conselheira do Tribunal de Contas do Estado, Doris de Miranda Coutinho, apresentou uma reflexão sobre a atuação do controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas, sobre aspectos gerenciais observados na análise de despesas com suprimento de fundos. O secretário da saúde, Marcos Esner Musafir, apresentou os cenários e responsabilidades da Secretaria da Saúde, citou a importância do NAT (Núcleo de Apoio Técnico) e revelou dados que apontam o percentual de 78% de serviços solicitados que deixaram de ser judicializados.

A desembargadora Ângela Prudente, ouvidora judiciária, apresentou o programa "Atendimento Nota 10", que visa implantar um atendimento de excelência no Judiciário tocantinense. O gerente regional da Caixa Econômica Federal no Tocantins, Valdeir da Silva Ferreira, apresentou como funcionará o alvará eletrônico, em fase final para implantação.

Na segunda parte, Maria das Graças Castro, da Coordenadoria de Gestão Estratégica do TJ, apresentou as inovações do Relatório de Acompanhamento da Caixa de congestionamento disponível no e-Proc. Com muita participação dos juízes debatendo a realidade processual de cada

comarca, foram sugeridas algumas medidas a serem cumpridas até o final de março, para que os números processuais de 2015 sejam fechados mostrando a realidade processual: uma força tarefa para levantar a quantidade real de processos baixados, os processos com classes desativadas, processos cadastrados com competências diversas do rito processual (classe), situações que impactam em índices com produtividade e taxa de congestionamento.

Os juízes auxiliares Roniclay Alves e Esmar Custódio discutiram com os magistrados temas como a responsabilidade da impressão da contrafé e os avanços obtidos com a implantação da Secretaria das Varas Criminais (Secrim) de Palmas, da Contadoria Judicial Unificada (Cojun) e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

Outro item da pauta que levantou muita participação foi o controle de ponto, apresentado pela diretora de Gestão de Pessoas, Juliana Alencar, e o servidor Márcio Vieira dos Santos, da Diretoria de Tecnologia da Informação. O sistema entra em vigor em abril, com funcionalidades que incluem login no próprio computador onde o servidor se encontrar e banco de compensação de horas, entre outras.



Marcos Musafir
Secretário Estadual da Saúde



ESPECIAL

Novo CPC entra em vigor aplicado ao processo eletrônico do TJTO





Crédito: Lucas Nascimento/TRE

Luiz Astolfo de Deus Amorim

Juiz e presidente da Comissão de Avaliação do e-Proc



Rodrigo da Silva Perez

Juiz e membro da Comissão de Avaliação do e-Proc



Umbelina Lopes Pereira

Juíza e coordenadora estadual do Nupemec

Uma das grandes novidades no novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) que entrou em vigor no dia 18 de março é o processo eletrônico, que mereceu 52 artigos sobre o tema, que é essencial para a política nacional de informatização da Justiça.

Expoente na tramitação processual eletrônica, com o e-Proc/TJTO, o Tribunal de Justiça do Tocantins mais uma vez se mostra na vanguarda do Judiciário brasileiro e adequou o e-Proc, sistema processual eletrônico do Poder Judiciário do Tocantins, ao novo CPC.

A partir do primeiro minuto da vigência da lei, o sistema já passou a funcionar com as medidas apontadas pela Comissão de Avaliação do e-Proc, composta por representantes dos órgãos do sistema de Justiça com a Presidência do TJTO.

As adequações no sistema processual estão contidas em um documento de 20 páginas produzido pela Comissão de Avaliação do e-Proc e é fruto dos estudos realizados pelo Poder Judiciário do Tocantins desde que o novo Código de Processo Civil foi sancionado pela Presidência da

República, em março de 2015.

Esse documento discute todas as alterações necessárias para o sistema se adequar ao novo CPC, mas nesses primeiros dias de vigência da lei processual, o sistema traz aquelas mais urgentes e de maior impacto no rito processual, explica o presidente da comissão, juiz Luiz Astolfo de Deus Amorim. "Outras adequações vão ser enfrentadas no dia a dia, o operador do e-Proc é que vai verificar, durante o transcurso do tempo, da atuação dele, algumas adequações e vão estimular a Comissão a deliberar se são necessárias. O que é de maior impacto está contemplado, até porque o CPC é complexo, é novidade, é um novo paradigma e nós ainda não estamos vivenciando para enxergá-lo e interpretá-lo da melhor maneira", completa.

O juiz Rodrigo da Silva Perez Araújo exemplifica algumas das adequações. "O magistrado já tem, por exemplo, a lista de julgamento dele, já sabendo as prioridades legais já marcadas, para se estabelecer as prioridades, para que se possa divulgar e aumentar a transparência do Judiciário. Há mudanças quanto às classes processuais, quanto aos movimentos processuais

e de impacto na vida do advogado, quanto à identificação de determinadas petições", acrescenta.

Ele também reforça a constante atualização que será necessária de agora em diante. "A prática diária vai evidenciar algum gargalo que possa ter sido concebido teoricamente e não está contemplada, mas a gente se preocupou em permitir que o sistema, a partir do primeiro minuto do dia 18, estivesse em ordem para trabalhar, para que o advogado possa peticionar, o Ministério Público possa dar seu parecer e o juiz possa decidir e encaminhar".

QUALIFICAÇÃO

Além das alterações do sistema eletrônico, o Poder Judiciário tocantinense também atuou na formação de magistrados e servidores com estudos focados nas mudanças paradigmáticas do novo CPC. Desde que a lei foi sancionada em 2015, a Escola Superior de Magistratura Tocantinense (Esmat) ofereceu sucessivas turmas do "Curso de Atualização e Principais Alterações do Novo Código de Processo Civil (CPC)". A quarta turma deste curso iniciou as aulas em janeiro e será concluída neste mês de março.

Aposta do CPC, conciliação ganha reforço no Tocantins

Considerada uma das mudanças paradigmáticas do Novo Código de Processo Civil, a conciliação e a mediação como formas jurídicas de resolução de conflitos também é uma das apostas do Poder Judiciário do Tocantins. Por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) a estrutura do Poder Judiciário está se adequando às alterações introduzidas pelo Novo Código de Processo Civil (CPC) e também pela Lei da Mediação.

"O Nupemec está trabalhando pela melhor estruturação dos Cejuscs existentes e pela criação de mais nove nas comarcas de 3ª Entrância no ano de 2016, com possibilidade de realização do trabalho na modalidade itinerante", afirma a coordenadora no Núcleo, juíza Umbelina Lopes Pereira, ao ressaltar que atualmente o Judiciário tocantinense conta com cinco unidades do Cejusc, visando o tratamento adequado de conflitos através da mediação e

da conciliação.

Para o juiz auxiliar da Presidência do TJTO, Roniclay Alves de Moraes, essa mudança paradigmática da conciliação pode ocorrer já nos processos que estão em trâmite e também feita anteriormente à ação, como impacto na cultura do país de desaguar tudo sobre o Judiciário. "Acredito que o Novo Código de Processo Civil vai alterar nossa cultura da litigância. Tanto é verdade que uma das principais mudanças é a estimulação da autocomposição como forma de reduzir o número de processos em tramitação. Assim, a institucionalização da conciliação e da mediação tem por objetivo primeiro dar celeridade à resolução de conflitos."

De acordo com o juiz, os Cejuscs implantados e em implantação pelo Judiciário tocantinense, com cargos, estrutura física, reúnem todas as condições para que essa conciliação seja realizada a contento e possa evitar essa judicilização.



106º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça se posiciona sobre temas que afetam a magistratura

Presidente do TJTO foi o redator do documento que cobra repasses da União para a Justiça Estadual referentes à competência delegada

Os debates do 106º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, realizado no Mato Grosso do Sul, entre os dias 3 e 4 de março, resultaram na Carta de Campo Grande, aprovada por unanimidade, com cinco encaminhamentos que refletem a posição do colegiado em temas que afetam a autonomia do Judiciário.

O presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes, que durante o encontro cobrou deliberações objetivas do colegiado, fez boa avaliação desta edição. “A partir dos debates envolvendo a complicada situação do país e o papel do Judiciário diante desse cenário, resultou positivo o encontro, porque a partir dos debates deliberamos sobre vários assuntos que afetam a Justiça Estadual”. No documento, o Conselho cobra o repasse de recursos da

União para fazer frente aos custos efetivados pela Justiça Estadual no exercício da jurisdição de competência delegada. O tema foi discutido na presença da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedora Nacional de Justiça Nancy Andrighi. Coube ao presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes, a redação final deste ponto da Carta de Campo Grande (**Leia no quadro ao lado**).

O Conselho dos TJs é contra a alteração na composição da Justiça Eleitoral. Conforme o documento, a Justiça Eleitoral de 1ª Instância, “organizada e ramificada pela Magistratura Estadual, desfruta de grande credibilidade, sendo amplamente reconhecida por sua eficiência e celeridade”.

O Conselho defende o arquivamen-

to das proposições que pretendem modificar este formato.

Contrário ao atraso no repasse do duodécimo ao Judiciário pelo Poder Executivo de alguns estados, o Conselho repudia, na Carta, o descumprimento do artigo 168 da Constituição Federal. O item se dirige a Executivos que não repassam os duodécimos na data limite, dia 20 de cada mês, de forma integral, para o Poder Judiciário.

Também se manifesta contra a proposta de alterar o teto remuneratório na forma prevista no Projeto de Lei 3123/2015, em tramitação no Congresso Nacional, e defende o compartilhamento de soluções para expansão do processo eletrônico, trabalho remoto e realocação de mão de obra, como medidas para o enfrentamento da crise econômica.

CARTA DE CAMPO GRANDE 106º ENCONTRO DO CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

O CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, reunido na cidade de Campo Grande (MS), ao final do 106º Encontro, no período de 03 e 04 de março de 2016, divulga, para conhecimento público, as seguintes conclusões, aprovadas por unanimidade:

- 1) REITERAR**, enfática e veementemente, a posição do Conselho contrária às propostas de alteração na composição da Justiça Eleitoral, que, organizada e ramificada pela Magistratura Estadual, desfruta de grande credibilidade, sendo amplamente reconhecida por sua eficiência e celeridade, pugnando pelo arquivamento, de plano, de tais proposições;
- 2) REPUDIAR** o descumprimento do artigo 168 da Constituição da República pelo Poder Executivo de alguns Estados, ao não repassar os duodécimos na data limite, dia 20 de cada mês, de forma integral para o Poder Judiciário;
- 3) MANIFESTAR**, posição contrária ao Projeto de Lei nº 3.123/2015, de iniciativa do Poder Executivo, que contém propostas ofensivas à Constituição da República, desrespeitando a autonomia dos Poderes e o Pacto Federativo;
- 4) REIVINDICAR** o repasse de recursos da União para fazer frente aos custos efetivados pela Justiça Estadual no exercício da jurisdição de competência delegada;
- 5) COMPARTILHAR** soluções para o enfrentamento da crise econômica e suas repercussões no orçamento dos Tribunais Estaduais, tais como investimento na mediação e conciliação, expansão do Processo Judicial Eletrônico, implantação do trabalho à distância e realocação para melhor aproveitamento de seus servidores.

Campo Grande (MS), 04 de março de 2016.



Estado e municípios recebem Selo de Regularidade Judiciária

Na segunda edição do “Selo de Responsabilidade Judiciária no Pagamento de Precatórios” o Tribunal de Justiça do Tocantins certificou a regularidade ao governo estadual e a 17 municípios em quitar e se manter em dia com o pagamento dos precatórios e dívidas judiciais.

Instituído em 2015 pela Presidência do TJTO, o selo faz parte do programa Regularidade no Pagamento de Dívidas Judiciais pelos Entes Públicos. Foi idealizado para “certificar e premiar a boa conduta administrativa na quitação tempestiva do crédito advindo da sentença judicial, privilegiando os princípios constitucionais da moralidade, legalidade, celeridade e probidade administrativa”, conforme a Resolução nº 09, de abril de 2015, que instituiu a certificação.

Presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes citou o cenário político e econômico do País para ressaltar que a certificação do Judiciário aos prefeitos em dia com o pagamento de precatórios se configura uma forma de divulgar aspectos positivos presentes na gestão pública praticada no Tocantins. O selo, afirmou, representa um diferencial dos entes que o recebem em relação

ao demais. O desembargador destacou os efeitos econômicos do pagamento de precatórios, ao ressaltar que em 2015 o Judiciário expediu 596 alvarás judiciais referentes a precatórios e as 18 autoridades listadas para a certificação de hoje foram responsáveis por injetar R\$ 16,9 milhões no Estado. “Demonstra responsabilidade da parte dos administradores e representa um componente a ser avaliado pelo cidadão”.

A vice-governadora Claudia Lelis, que recebeu o selo em nome do governador Marcelo Miranda, lembrou que o momento é de dificuldade para todos os gestores e a certificação conferida pelo Tribunal de Justiça é um estímulo às boas práticas administrativas. “O momento é de muita dificuldade para todos nós, gestores públicos, mas esse reconhecimento feito, hoje, pelo Tribunal de Justiça nos incentiva mais ainda a seguir o caminho da gestão comprometida, correta”, afirmou.

“A entrega deste selo é um incentivo para que as administrações possam trabalhar ainda mais pelas cidades, pela população do nosso Estado”, disse, ao ressaltar que o governo estadual busca cumprir

suas obrigações. “São ações como esta que nos incentivam a trabalhar mais e mais para honrar nossos compromissos”, acrescentou, ao dizer que espera voltar ao Judiciário no próximo ano para nova certificação.

Prefeito da Capital, Carlos Amastha, que recebeu pelo segundo ano consecutivo o Selo de Responsabilidade Judiciária, discursou em nome de todos os prefeitos. O gestor palmense afirmou que o selo representa um exemplo para os demais gestores de que os administradores têm “obrigação de fazer a lição de casa” e destacou os efeitos econômicos da certificação, em tempos de crise.

Em entrevista ao O Judiciário, o prefeito ressaltou a importância geral da certificação. “É fundamental a divulgação da certificação, porque traz confiança para o mercado, porque a economia é movida por expectativas; num momento de tantas incertezas, as pessoas sabem que seu município ganha um certificado deste demonstra claramente o compromisso da gestão e traz confiança ao empresário, ao cidadão comum, ao servidor público, de que o município segue sendo a mola propulsora dessa confiança”, afirmou.

MUNICÍPIOS APTOS AO SELO

Os entes aptos na edição 2016 do selo são: Alvorada, Aparecida do Rio Negro, Araguacema, Araguaína, Campos Lindos, Dianópolis, Dois Irmãos do Tocantins, Guaraí, Monte do Carmo, Nova Rosalândia, Palmas, Pau D’Arco, Pugmil, Recursolândia, Sucupira, Tocantínia, Tupiratins e o Estado do Tocantins.

MUNICÍPIOS CERTIFICADOS

Deusimar Pereira de Amorim
Município de Aparecida do Rio Negro

Carlos Enrique Franco Amastha
Município de Palmas

Isabella Alves Simas Pereira
Município de Araguacema

Laudeci Ribeiro da Silva Mendes
Município de Pau D’Arco

**Adolfo Brito, representando
Ronaldo Dimas Nogueira Pereira**
Município de Araguaína

Arlene Martins Souza
Município de Pugmil

Jessé Pires Caetano
Município de Campos Lindos

Valdmir Ribeiro de Castro
Município de Sucupira

Reginaldo Rodrigues de Melo
Município de Dianópolis

Muniz Araújo Pereira
Município de Tocantínia

Francisco Carlos Assi Tozzatti
Município de Dois Irmãos

Wilson da Costa Veloso
Município de Tupiratins

**Francisco Júlio Pereira
Sobrinho**
Município de Guaraí

**Claudia Telles de Menezes Pires
Martins Lelis**, representando Marcelo
de Carvalho Miranda
Estado do Tocantins

Enoque Portilio Cardoso
Município de Nova Rosalândia



“O TJ reergueu a minha vida”

Intérprete musical (MPB e pop rock) reconhecida no Estado Keila Lipe encontrou no Tribunal de Justiça do Tocantins o porto seguro em momento crucial de sua vida. Formada em Administração de Empresas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo (IEPO) de Palmas, ela ingressou no TJTO em agosto de 2009, como estagiária. Em novembro do mesmo ano veio o grande golpe: “Recebi a notícia de que tinha perdido metade da minha família. Faleceram em acidente de trânsito meu filho de dez anos, Leland Frederico, e o pai dele, meu companheiro à época, Frederico José, com apenas 30 anos de idade. Meu mundo, literalmente, caiu”.

Foi nesse momento que recebeu o apoio do Tribunal de Justiça para se reerguer de novo. “Na época me chamaram no Gabinete da Presidência e falaram: ‘Olha Keila, pode ficar tranquila que nós vamos

te ajudar a superar esse momento difícil”. Segundo ela, foi exatamente isso que aconteceu. “O Tribunal passou a ser minha segunda família, me ajudou num momento crucial. Esse lugar para mim é tudo, porque ajudou a me reerguer de novo. Eu me apoiei bastante nos meus amigos do Poder Judiciário. Muitas vezes eu ficava chorando em frente ao computador, mas precisando tocar o barco da vida. Foram as pessoas dentro do tribunal, desde a gestão superior ao operacional, que me ajudaram. E considero-os como parte de minha família”.

Já consagrada como intérprete, Keila Lipe resolveu abraçar a profissão de administradora de empresa. Foi na condição de acadêmica que ela fez o processo de seleção para estágio pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), integrante do sistema Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto),

foi aprovada e designada para o Tribunal de Justiça. Quatro meses depois, em dezembro de 2009, assumiu a chefia do Serviço de Transportes do Poder Judiciário do Tocantins. Primeira mulher a assumir este posto comanda os trinta homens que atuam no setor. “Eu gosto muito da minha profissão de administradora”, confessa. “Quando iniciei o curso, logo me apaixonei. A profissão me completa bastante, embora, às vezes, seja bastante densa”.

Mas a nova profissão não a afastou da arte. “Eu nunca abandonei a música. Procuo conciliar as duas coisas. E o Tribunal me proporciona isso, me dá oportunidade de atuar como cantora. É um grande incentivador da minha arte, me valoriza bastante nesta área. Em datas comemorativas sempre recebo convite para cantar. Eu adoro”. E reitera: “Aqui eu sempre fui muito

valorizada em todos os aspectos, como artista e como profissional de administração”. Ela confessa que é movida pela emoção no dia a dia, “porque o artista sempre leva o coração na frente”, mas o bacharelado em Administração de Empresas e a experiência no Tribunal ajuda no equilíbrio de sua carreira e a ter uma concepção melhor da realidade.

Nos últimos anos Keila constituiu uma nova família, com o esposo Marcelo e os filhos Luan (10), Fernanda (4), e Marcela Flor, esta com apenas sete meses. Ao finalizar seu depoimento, disse que “no Tribunal de Justiça eu consegui me reerguer pelo meu trabalho, que realizo com muito prazer, dentro da melhor técnica administrativa. As pessoas aqui me ajudaram demais num momento difícil e uma coisa eu vou levar comigo sempre: o Tribunal de Justiça reergueu a minha vida”.

Tribunal de Justiça

Des. RONALDO EURÍPEDES (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Vice-presidente)
Des. EURÍPEDES LAMOUNIER (Corregedor geral)
Des.ª. MAYSA VENDRAMINI ROSAL (Vice-corregedora geral)
Des.ª. ÂNGELA PRUDENTE (Ouvidora Judiciária)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Diretor da Esmat)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des.ª. JACQUELINE ADORNO
Des. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO
Des.ª. ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE
Des. JOÃO RIGO GUIMARÃES
Juíza Convocada
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS

Juízes Auxiliares da Presidência

Juiz ESMAR CUSTÓDIO VÊNICO FILHO
Juiz RONICLAY ALVES DE MORAIS

Chefe de Gabinete da Presidência

GIZELLA MAGALHÃES BEZERRA

Diretorias do Tribunal de Justiça

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor Geral

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Diretor Administrativo

MARISTELA ALVES REZENDE
Diretora Financeira

VANUSA BASTOS
Diretora do Centro de Comunicação Social

MARCO AURÉLIO GIRALDE
Diretor de Tecnologia da Informação

FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
Diretor Judiciário

JULIANA ALENCAR WOLNEY CAVALCANTE AIRES
Diretora de Gestão de Pessoas

JOÃO CARLOS SARRI JUNIOR
Diretor de Infraestrutura e Obras

SIDNEY ARAUJO SOUSA
Controlador Interno

Diretoria do Centro de Comunicação Social
Fone: (63) 3218-4437
E-mail: tjtoascom@gmail.com
imprensa@tjto.jus.br

O Judiciário

LAILTON COSTA
Redação e Edição

LUIZ PIRES
PAULA BITTENCOURT
Textos

RONDINELLI RIBEIRO
Fotografia

IGOR CAETANO MATUOCA
Direção de Arte, Projeto Gráfico e Editoração

ANDRÉ TAVARES
Infográfico

ABELSON RIBEIRO
Publicidade

MARA ROBERTA DE SOUZA
Revisão

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Palácio Rio Tocantins
Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO - 77015-007

Fone: (63) 3218-4300

www.tjto.jus.br

@tjtocantins

TJTocantins

Edição: 008/2016